

19 ABR 1991

Olom - Brasil

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA
Diretores
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
Fernão L. Mesquita
Editor Chefe
Celso Kinjô

Diretor Superintendente
Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Orlando Marques
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Homogeneização das expectativas (sic!)

Quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou o fim da “era dos pacotes”, pensava-se que ela estava anunciando o fim do período de brutais intervenções do governo no livre jogo do mercado. Como sempre ocorre neste governo, entretanto, pouco depois verificamos que o anúncio não corresponde à realidade.

Nesse período chamado de “flexibilização” de preços, que seria uma tentativa de se sair de maneira razoavelmente organizada do congelamento imposto no final de janeiro, o governo adota uma política que em termos de violência intervencionista excede tudo o que tivemos até agora, inclusive durante o regime militar, tal a amplitude dos setores que pretende controlar e tal a minúcia com que pretende exercer esse controle.

A ministra da Economia, por meio das “câmaras setoriais de monitoramento” — integradas por representantes do governo, da indústria, do comércio e dos trabalhadores —, quer controlar todos os preços mais importantes. No caso do vestuário, por exemplo, quer determinar os preços praticados não apenas pelos grandes magazines como também pelos pequenos estabelecimentos de bairro. Se tudo correr como o governo deseja, chegaremos ao dia em que qualquer negócio, envolvendo um alfinete ou um avião, só poderá ser fechado depois de se consultar o burocrata do Ministério da Economia sobre o preço vigente naquele momento. Quem sabe através de um novo serviço telefônico: o **disque-preço**...

Na primeira reunião dessas câmaras setoriais, a do setor automotivo, o governo decretou que o “passado não existe”. “Não existem defasagens de preços”, sentenciou o secretário nacional da Economia, Edgard Pereira, “visto que de janeiro, quando foi feito o congelamento, até agora, os preços estiveram na quase totalidade estáveis”.

“Quem corocou, corocou, quem não corocou não coroca mais”, como dizia o japonês da anedota...

Ou seja, quem conseguiu, nos últimos dois ou três meses, reajustar razoavelmente seus preços não sofre tanto. Quem não conseguiu, como o setor dos automóveis — e vários outros cuja situação estará sendo apresentada nas câmaras setoriais nos próximos dias —, terá de se contentar com os reajustes permitidos pelo governo.

Diante de burocratas encarregados de divulgar a verdade oficial não vale a pena tentar argumentar. Deixemos passar essa enormidade do sr. Edgar Pereira para continuar explicando o novo mecanismo de “flexibilização” saído da cabeça nebulosa dos meninos de d. Zélia. Extinto o passado, eles **criam o futuro**, fixando uma meta inflacionária para, inicialmente, um período de 45 dias. Digamos 5%. Se a inflação programada é de 5%, os reajus-

tes decididos nas comissões setoriais não poderão ser de molde a contrariar essa **expectativa** (como o leitor verá logo a seguir, **expectativa** é um ingrediente importante na nova fórmula dos alquimistas do Ministério da Economia). Cada preço, assim, será ajustado de acordo com seu peso específico no cálculo do índice de inflação.

Quem produz ou comercializa bens e serviços, cujos preços não influem no índice de inflação oficialmente calculado, estará livre de um controle rígido. Já aquele que negocia itens cujos preços pesam na composição dos índices de inflação estará “ferrado”. Para estes, nenhum aumento que possa **fraudar a expectativa** oficialmente decretada de 5% de inflação.

Até aí vai a meticulosidade “construtivista” dos meninos de d. Zélia: o nebuloso-mor, Antônio Kandir, inventou agora a maior das mágicas: “Nós queremos homogeneizar as expectativas” (**sic!**). Daqui a pouco, o brasileiro pessimista que duvidar das previsões oficiais — como essa de se manter a inflação dos próximos 45 dias em 5% — será punido porque tem uma **expectativa heterogênea**.

Por ser inteiramente despropositado, o controle que o governo pretende estabelecer conduzirá a absurdos. Em cada câmara haverá tal diversidade de preços que será impossível chegar-se a um consenso sobre um reajuste médio conveniente para todos; da mesma forma, será impossível determinar qual o reajuste ideal para cada um. Que critérios definirão este ou aquele aumento? O próprio governo foi vítima dessa armadilha, no caso dos reajustes dos preços dos jornais. Cada um dos principais jornais do País teve autorizado um aumento diferente. Por quê? E como ficará a situação de milhares de outros títulos que circulam no País e sobre os quais o governo nada disse?

O governo Collor, em particular sua equipe econômica, não parece ter-se dado conta do comportamento do Poder Judiciário em relação a atitudes flagrantemente ilegais que vem adotando na esfera econômica. Os casos da fábrica Lorenzetti e de indústrias catarinenses, que obtiveram mandado de segurança contra a Sunab que ameaçava puni-las por desrespeito ao congelamento, significam que a jurisprudência está firmada. Assim, com essa ridícula pretensão de homogeneizar expectativas, o que o governo pode conseguir é uma autêntica rebelião de um empresariado que, respaldado pela Justiça, perdeu o medo do inspector Clouzot do governo Collor.

Será que o governo não desconfia de que com esse tipo de pantomima está anulando qualquer possível efeito das medidas que vem adotando para abrir e modernizar a economia, na expectativa — que não é homogênea — do investidor estrangeiro em relação ao Brasil?